

GREVE

DIRETORIA DA ADUFRJ

Que a história se repita. Há exatos 38 anos, os professores da UFRJ ajudaram a enfraquecer o governo ilegítimo do general de cavalaria João Batista Figueiredo. Um instrumento de mobilização importante naquele momento foi a criação da Adufrj, em 26 de abril de 1979. Com ações ousadas e valentes, docentes, que ainda hoje estão na lida acadêmica, exigiram do regime a reintegração automática e imediata dos colegas cassados e defenderam a universidade pública e de qualidade.

Na próxima sexta-feira, a Adufrj retorna às ruas para dizer um maiúsculo **NÃO** às reformas do governo Temer e aos severos cortes que a Ciência brasileira está sofrendo. Como decidido em assembleia e discutido no último Conselho de Representantes, participaremos da greve geral de 28 de abril. Montamos um calendário especial para o dia.

De manhã, nos somaremos ao calendário do Andes e participaremos de aula pública em defesa da UERJ. De tarde, faremos um debate no IFCS, com Adriano Correia, presidente da ANPOF (Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia), organizado em conjunto com a Pós-Graduação em Filosofia, que tratará da Democracia e do Estado de Exceção. Em seguida, vamos à Alerj. A partir das 17h, o palco da manifestação geral será a Cinelândia.

A festa de aniversário da Adufrj será nos debates e nas ruas, levando nossa teimosia em acreditar que educação é investimento e que o conhecimento é o mais poderoso instrumento de emancipação de um país.

A diretoria da Adufrj aproveita para agradecer a instigante parceria com todos os sindicalizados que, nesses quase 40 anos, estão nos ajudando a construir uma nova forma de fazer sindicalismo na universidade, pautada na informação, na democracia, na defesa do conhecimento e na mesma certeza de nossos fundadores, de que o **Momento é Agora**.

PROGRAMAÇÃO

10h Ato em defesa da UERJ: aula pública em frente ao Palácio da Guanabara

14h Início da concentração na Alerj para marcha

15h Debate *Democracia e Estado de Exceção*, com Adriano Correia, presidente da ANPOF, na sala 106 do IFCS

17h Ato unificado das centrais na Cinelândia. Ponto de encontro: balões da Adufrj

AVALIAÇÃO NO DIA 4

O Conselho de Representantes da Adufrj avaliará a greve do dia 28 e definirá os próximos passos de mobilização na próxima quinta-feira, 4 de maio, ao meio-dia. Na reunião anterior, na segunda-feira passada, os conselheiros discutiram estratégias para aumentar a participação dos docentes nos atos contra as reformas e cortes de investimentos em C&T.

Emenda pior que o soneto: reforma ataca servidores

> **Nova versão do texto do governo aumenta dificuldade de aposentadoria**

KELVIN MELO

kelvin@adufRJ.org.br

O substitutivo da reforma da Previdência divulgado na semana passada é ainda mais duro para os servidores públicos federais. Uma mudança na versão mais recente da Proposta de Emenda Constitucional dificulta a aposentadoria com integralidade e paridade aos que ingressaram no funcionalismo até 2003.

Pelas novas regras propostas, ao se aposentar, professores e professoras que ingressaram na UFRJ até 31 de dezembro de 2003 só teriam direito a proventos iguais ao último salário da ativa e reajustes iguais aos concedidos

para os ativos, aos 65 anos. As exceções seriam aqueles que, funcionários públicos antes de 2004, já cumprem os requisitos mínimos vigentes para ter o direito à integralidade e paridade: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição (homem) e 55 de idade e 30 anos de contribuição (mulher), 20 anos de serviço público e 5 anos, no último cargo, na data de eventual publicação da PEC. Para os professores do CAP-UFRJ, são reduzidos cinco anos dos tempos de idade e de contribuição.

A advogada da Adufrj destaca a complexidade do substitutivo apresentado e que será votado na próxima semana: “Estudo isso há 20 anos. Nunca vi um texto tão truncado. Para mim, o objetivo

é camuflar os efeitos perversos na proteção previdenciária”, conclui a advogada da Adufrj, que coloca os plantões jurídicos da entidade à disposição para tirar dúvidas dos associados.

REFORMA TRABALHISTA

Outra reforma que retira direitos, o projeto de lei que muda as relações trabalhistas do país avança na Câmara dos Deputados. Ana Luisa também critica a matéria: “A Organização Internacional do Trabalho tem estudos que demonstram que a flexibilização das normas trabalhistas no mundo não produziu crescimento. Ao contrário, a precarização das relações de trabalho e a desigualdade social aumentaram”, afirma.

CONHECIMENTO SEM CORTES

“Um corte de 44% não é trivial”, destacou a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, durante o encontro Conhecimento sem cortes: o impacto da redução de recursos para a C&T e a universidade pública, organizado pela Adufrj e Coppe, na manhã de terça-feira, 25. Em março, o governo federal reduziu o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) de R\$ 5 bilhões para R\$ 2,8 bilhões. Nader confrontou o estrangulamento da pasta com o crescimento do setor na última década.

Já o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, mostrou que problema se agrava a partir de 2010. “O orçamento atual é metade do de 2005 e um terço do de 2010”, resumiu. Para o professor, “um corte horizontal entre os ministérios indica que não há prioridades. Não há projeto de país”.

MARCHA PELA CIÊNCIA



Alessandro Costa

Mais de 300 cientistas enfrentaram a chuva na manhã de sábado (22) para participar da edição carioca da Marcha Pela Ciência – Brasil. A atividade aconteceu em frente ao Museu Nacional da UFRJ, na Quinta da Boa Vista. Os pesquisadores formaram uma orquestra de tesouras em protesto contra os cortes na área de C&T.

PLANO DE SAÚDE

Continua o plantão para conseguir adesões ao Bradesco Saúde, nova alternativa de plano da Adufrj. Todas as terças e quintas, de 10h às 16h, representantes do plano estão na sede da Adufrj para tirar as dúvidas dos docentes. Apenas sindicalizados e seus dependentes podem aderir. Mais informações devem ser obtidas pelo e-mail contato@ativuslife.com.br. O novo plano oferece mais clínicas e hospitais em todo o país.

CURSOS PAGOS

Na quarta-feira, 26, o Supremo Tribunal Federal permitiu, por nove votos a um, a cobrança de mensalidade nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os mestrados e doutorados *stricto sensu* continuam gratuitos. Sob o título *Sem Tabu*, a diretoria da Adufrj realizou em 3 novembro de 2015, um grande debate sobre o tema com a participação de pesquisadores contra e a favor da cobrança.